AS TEORIAS DA AÇÃO SOCIAL DE COLEMAN E DE BOURDIEU

Coleman's and Bourdieu's social action theories

Jakson Alves de Aquino[1]

RESUMO

Este artigo realiza uma comparação entre a teoria do ator racional de James Coleman e a teoria do senso prático de Pierre Bourdieu, ambas desenvolvidas em anos recentes. Argumenta-se que, apesar das diferenças, as duas teorias sociológicas são antes complementares do que antagônicos.

Palavras-chave: teoria sociológica, teoria do ator racional, teoria do senso prático, Coleman, Bourdieu.

ABSTRACT

This paper presents a comparison between the recently developed Coleman's rational action theory and Bourdieu's practical sense theory. Although the two theories have many differences, it argues that they are complementary rather than mutually exclusive.

Keywords: sociological theory, rational action theory, practical sense theory, Coleman, Bourdieu.

[1] Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Ceará. Email: jakson@uece.br

1 INTRODUÇÃO

Coleman e Bourdieu, dois teóricos cujas obras serão aqui examinadas, são sociólogos consagrados no meio acadêmico de seus países, mas, apesar disso, não parecem ter tido muito contato um com a obra um do outro. Embora tenham sido co-organizadores de um livro[2], os dois não se citam mutuamente nos livros que utilizei para escrever este trabalho.

Pierre Bourdieu, nascido em 1930, graduou-se em filosofia mas, aos poucos, redirecionou seus estudos para a etnologia (com pesquisas sobre comunidades argelinas) e, em seguida, para a sociologia. Aproveitando criticamente as contribuições do estruturalismo, desenvolvido na França por Lévi-Strauss, e da fenomenologia, dominante na Escola de Chicago, Bourdieu desenvolveu uma teoria da ação prática que pode ser considerada uma síntese das duas correntes. Sua teoria já estava bem desenvolvida no início dos anos setenta, mas foi no final da década e início dos anos oitenta que foram publicados dois de seus livros que talvez sejam os mais importantes: *La Distinction* (1979) e *Le Sens Pratique* (1980). O primeiro, uma monumental aplicação empírica de seus estudos teóricos e, o segundo, uma apresentação minuciosa de sua teoria. Bourdieu é crítico intrasigente do funcionalismo norte-americano, saudando sua crise como algo inteiramente benéfico para o livre desenvolvimento da sociologia:

> *... a espécie de aliança estratégica entre Colúmbia e Harvard, o triângulo Parsons, Merton e Lazarsfeld, sobre o qual repousou durante anos a ilusão de uma ciência social unificada, espécie de* holding *intelectual que conduziu uma estratégia de dominação ideológica quase consciente, desmoronou, e acho que isso é um progresso considerável* (Bourdieu, 1987:52).

Bourdieu também é crítico das teorias do ator racional (ou da escolha racional), cuja linha é seguida por Coleman e que têm, com a crise do funcionalismo, conhecido sucesso crescente nos Estados Unidos, chegando a inspirar, por volta de 1997, 40% dos artigos publicados na *American Political Science Review* (Lafay, 1997:229).

James Samuel Coleman (1926-1995) ganhou notoriedade em 1966 ao apresentar ao Congresso dos Estados Unidos um relatório em que concluía ser melhor o desempenho escolar de crianças negras e pobres em escolas de classe média onde não havia segregação racial. Em 1975, ele voltou a inflamar o debate sobre educação e segregação ao publicar um novo relatório com conclusões contrárias: o transporte escolar (*busing*) de crianças negras para escolas de bairros de classe média provocava a deterioração das escolas públicas ao encorajar os brancos a procurar outras escolas e, assim, evitar a integração racial. Em 1981, na sua terceira contribuição polêmica para o tema, ele concluiu que a educação nas escolas privadas e nas católicas era superior à encontrada nas escolas públicas devido à maior ênfase na disciplina e na maior expectativa de boa performance.

Embora fora do meio acadêmico fosse mais conhecido por suas pesquisa empíricas na área de educação, Coleman sempre escreveu sobre questões sociais mais abrangentes e de uma perspectiva mais teórica. Para ele próprio, sua contribuição mais importante para a sociologia não foram seus trabalhos na área de educação, mas sim *Foundations of Social Theory*.

Bourdieu é sem dúvida o sociólogo francês de maior prestígio na contemporaneidade e Coleman estava entre os autores que desfrutava de maior autoridade na comunidade acadêmica dos Estados Unidos. Segundo Scott (1999), a teoria da escolha racional foi pioneiramente usada na sociologia, em 1961, por George Homans (*Social Behaviour: Its Elementary Forms*). Nos anos seguintes, a teoria recebeu as contribuições, entre outros, de Blau (*Exchange and Power in Social Life*, 1964) e Coleman (*The Mathematics of Collective Action*, 1973). Numa eleição dos "livros do século", promovida pela Associação Internacional de Sociologia e da qual participaram sociólogos de todo o mundo, o livro *Foundations of Social Theory* ficou classificado em 23° lugar, o que pode não parecer uma boa colocação, mas foi a melhor posição obtida dentre os que adotam o paradigma do ator racional. *La Distinction*, de Bourdieu, bem melhor colocada, ficou em sexto lugar. O conceito de *capital social*, desenvolvido por Coleman em sua teoria, difundiu-se mundialmente com a publicação em 1994 de *Comunidade e Democracia*, de Robert Putnam, que faz uso do conceito. Estes fatos mostram a importância do estudo das obras de Coleman e Bourdieu para uma discussão atual sobre o estatuto da sociologia. Embora prestígio pessoal e boa colocação em *rankings* não sejam necessariamente sinais de qualidade teórica, como diz Boaventura de Sousa Santos:

> *As condições teóricas do trabalho científico (modelos teóricos, metodológicos e conceptuais) não só evoluem historicamente como a sua aceitação e modo de aplicação num certo momento depende do grupo de cientistas com mais autoridade no seio da comunidade científica* (1989:139).

Quando comparada com a sociologia européia, é típico da produção norte-americana um nível de abstração menor e, principalmente, o que se poderia chamar de uma maior preocupação com a operacionalização dos conceitos mais abstratos. Segundo Santos, para Merton,

> *... as investigações levadas a cabo na Europa eram tipicamente européias: 'demasiado vagas e abstratas', 'sem grande respeito pela validação empírica', confundindo intuições com comprovações de fato, enfim, obra de* global theorists *preocupados com uma visão aérea da realidade social* (Santos, 1989:124).

[2] Pierre Bourdieu and James S. Coleman [eds], *Social Theory for a Changing Society*. Boulder: Westview Press, 1991.

Assim como os norte-americanos muitas vezes criticam os europeus por serem "vagos" e "abstratos", o avesso desta crítica pode facilmente ser encontrado no Velho Continente:

> ... *seria na verdade abusivo conceder à chamada corrente* hard *da sociologia americana o reconhecimento do rigor empírico que ela se atribui, contrapondo-se às tradições mais 'teóricas', muitas vezes identificadas com a Europa. (...) são incontáveis os casos em que planos de experiências que arremedam o rigor experimental disfarçam a total ausência de um autêntico objeto sociologicamente construído* (Bourdieu, 1987:32).

Meu objetivo neste artigo, como sugere o título, é comparar as teorias da ação social de Coleman e de Bourdieu. Para tanto, num primeiro momento, são apresentadas separadamente as duas teorias. Na seção seguinte, inicio a comparação das duas teorias por uma análise dos conceitos de capital social, que embora muito semelhantes, possuem significados distintos em cada uma das duas teorias. O confronto dos dois autores prossegue até o final do artigo.

2 UMA TEORIA DO ATOR RACIONAL

Para Coleman, a totalidade dos comportamentos dos indivíduos — o sistema social — é uma abstração, embora uma abstração importante (1990:12). Apesar de considerar que "a principal tarefa das ciências sociais encontra-se na explicação de fenômenos sociais, e não de comportamento de indivíduos singulares" (1990:2), Coleman considera mais completa uma explicação do sistema que exponha seus elementos do que uma que se atenha exclusivamente ao próprio sistema:

> ... *uma análise interna baseada nas ações e orientações de unidades em um nível mais baixo pode ser considerada mais fundamental, constituindo algo mais próximo de uma teoria do sistema de comportamento do que uma explicação que permanece no nível do sistema* (1990:4).

Coleman identifica a existência de três elementos básicos nos sistemas sociais: os atores e seus interesses, os recursos necessários para satisfazer esses interesses e o controle sobre os recursos. A partir destes elementos, ele constrói os sistemas sociais mais simples possíveis: sistemas com apenas dois atores, envolvidos em relações de autoridade e em relações de confiança. A segunda parte do livro, partindo dos sistemas de autoridade e dos sistemas de confiança, examina a demanda por normas sociais e a realização de normas sociais efetivas e culmina com a elaboração de uma teoria do capital social. Na terceira parte, Coleman aplica o conjunto de sua elaboração teórica à ação de atores corporativos (empresas, governos, sindicatos, etc.) e, na quarta parte, examina as relações entre os atores corporativos e os atores individuais[3].

A ciência sempre procura medir e registrar os fenômenos (procura exatidão pela matematização). No conhecimento moderno, pergunta-se como se medem as coisas; número, medida e peso são elementos básicos da ciência moderna, que se caracteriza pela substituição da preocupação com as essências pela preocupação com o como. Há uma visão quantitativista do mundo, uma redução do mundo a pura quantidade. Esta preocupação também está presente em Coleman, que dedica a parte V de seu livro à *Matemática da Ação Social*. No entanto, para ele são válidas tanto as pesquisas quantitativas quanto as qualitativas; os dois tipos de pesquisa trazem contribuições diferenciadas para o conhecimento científico.

Entre os autores considerados fundadores da sociologia, Durkheim e Weber fizeram opções metodológicas diametralmente opostas. Para Durkheim, os fatos sociais não podiam ser explicados a partir dos comportamentos dos indivíduos. Isso seria um psicologismo e as explicações psicológicas seriam insuficientes para dar conta da realidade social. Weber, por sua vez, procurava compreender a ação social, ou seja, o comportamento individual nos casos em que o agente, ao agir, leva em consideração sua interação com outros indivíduos. Ele explicava os fenômenos sociais a partir da compreensão da motivação dos indivíduos para agir. A posição de Durkheim tem sido chamada de holismo e a de Weber de individualismo metodológico. Para o individualismo metodológico, é insuficiente qualquer explicação de um fenômeno em grande escala em termos de outros fenômenos em grande escala; é preciso explicar o todo a partir de suas partes constituintes[4].

Coleman optou pelo individualismo metodológico. Para ele, explicar um fenômeno coletivo diretamente por outro fenômeno coletivo deixaria como pressuposto muito do que deveria ser problematizado. É esta sua crítica ao funcionalismo. Para Coleman, ao pressuporem como dadas a integração e organização do sistema social, as explicações funcionalistas ficam sujeitas às objeções feitas às explicações teleológicas (1990:16). A teleologia somente é aceitável no nível das explicações dos comportamentos individuais e, ainda assim, quando se considera os indivíduos como racionais. Nestes casos, deve ser entendido por teleologia não que o futuro seja aceito como causa do presente, mas que uma projeção de futuro desejável era levada em consideração pelo ator no momento mesmo de sua ação social. Para ir além do funcionalismo, para superá-lo, é preciso não se limitar ao nível macro-social:

> *Para um teórico (...) examinar como um fenômeno ganha existência, é preciso descer do nível macro-social para o nível dos atores, abandonando, pois, o paradigma da análise funcional por um paradigma que (...) contenha atores e uma teoria da ação* (Coleman, 1990:260).

[3] Numa quinta e última parte, Coleman elabora uma "Matemática da Ação Social", na qual procura traduzir para a linguagem matemática várias das hipóteses desenvolvidas discursivamente nas partes anteriores do livro.

[4] Ver Nagel (1961), principalmente p. 486 e ss.

Segundo Coleman, uma teoria social deve ser composta de três momentos: 1) momento inteiramente situado no nível micro, onde se dá a compreensão das ações sociais praticadas por indivíduos; 2) momento de transição do nível micro para o nível macro, onde se expõe como eventos individuais podem resultar em mudanças sociais e 3) momento de transição do nível macro para o nível micro, ou seja, a influência de aspectos da sociedade sobre os indivíduos. Durkheim, em sua preocupação com a coercitividade dos fatos sociais (que poderia ser ilustrada pela existência de normas sociais que se impõem aos indivíduos), ocupou-se do terceiro momento (Coleman, 1990:241). Para Coleman, os processos que ocorrem no nível micro, as ações sociais praticadas por indivíduos, constituem os nexos causais que ligam os fenômenos do nível macro uns aos outros (Heckathorn, 1997). Assim, para realizar a passagem de um desses três momentos para outro, uma peça fundamental é a existência de uma teoria da ação social que explique o comportamento dos indivíduos. A micro análise permite a compreensão do sistema social que não pode ser obtida por uma explicação limitada somente ao próprio nível social (Coleman, 1990:4).

Coleman também chama de "análise interna do sistema de comportamento" ao modo de explanação que utiliza em seu livro. Ele está preocupado em conhecer o comportamento do sistema social, mas, para isso, considera necessário conhecer o comportamento dos indivíduos — elementos que compõem o sistema. "A teoria social continua a tratar do funcionamento de sistemas sociais de comportamento, mas as pesquisas empíricas freqüentemente preocupam-se em explicar o comportamento individual" (1990:1).

A opção de Coleman pelo individualismo metodológico não é tão radical quanto a de alguns autores. Ele admite explicitamente que nem sempre é satisfatória uma explicação baseada exclusivamente no nível micro e não nega que fenômenos de nível macro, como as normas sociais, tenham poder coercitivo sobre os indivíduos.

> *Alguns teóricos da escolha racional, armados com a maximização da utilidade como um princípio de ação, tomam o conceito de norma como inteiramente desnecessário. Fazer isso, no entanto, é ignorar importantes processos no funcionamento do sistema social e, portanto, limitar a teoria* (1990:242).

Coleman não aceita as normas como dadas, mas também não nega sua importância para a teoria social. Pelo contrário, pergunta-se como as normas podem emergir e ser mantidas entre um conjunto de indivíduos racionais (Coleman, 1990:242). Ou seja, ele se pergunta como indivíduos racionais, em obediência a uma norma, renunciam voluntariamente a realizar algumas ações que lhes beneficiariam imediatamente ou, vice-versa, realizam ações que beneficiam outros indivíduos. Em outras palavras, Coleman se pergunta sobre a racionalidade do altruísmo e, ao fazer isso, aborda o clássico problema de produção de bens coletivos.

> *É útil começar por localizar o conceito de norma (...) no contexto dos três componentes que eu propus como necessários para a teoria social: a transição macro-para-micro, a ação racional no nível micro e a transição micro-para-macro. As normas são construtos situados no nível macro, baseadas em ações racionais no nível micro, mas criadas sob certas condições através de uma transição micro-para-macro* (Coleman, 1990:244).

Um problema que surge da opção por um individualismo metodológico é como fazer a transição da ação individual para o sistema social, ou seja, a transição do nível micro para o nível macro. "Em casos isolados, os fenômenos sociais podem derivar diretamente, por somatória, de comportamentos individuais, mas o mais freqüente é que isto não ocorra" (Coleman, 1990:2). O modo apropriado de fazer a transição do nível micro para o nível macro não é pela simples agregação de disposições, atitudes ou crenças, enfim, de comportamentos individuais[5]. É preciso examinar os tipos de relações existentes entre os indivíduos. Coleman aponta seis diferentes formas de interdependência entre as ações dos indivíduos que produzem fenômenos sociais:

> *Um caso simples é o da ação independente de um ator que impõe externalidades (positivas ou negativas) sobre outros e, portanto, muda a estrutura de incentivos com a qual eles se confrontam. (...) Um segundo caso é o das trocas bilaterais, como numa negociação entre sindicato e empresas. (...) Um terceiro caso é o da extensão de trocas bilaterais para uma estrutura de mercado competitiva. (...) Um quarto caso é o das decisões coletivas ou escolha social, na qual o resultado sistêmico é produto dos votos ou de outras formas de expressão das preferências individuais, combinadas por meio de uma regra de decisão explícita e resultando na seleção de uma única alternativa. (...) Um quinto caso é o da estrutura de ações interdependentes que constituem uma organização formal produzindo um produto. A estrutura da organização consiste num conjunto de regras e incentivos, os quais criam interdependências assimétricas que não poderiam resultar de simples trocas entre duas partes. (...) Um sexto caso é o do estabelecimento (através de algum processo precariamente conhecido) de um direito coletivo de exercer controle social sobre certas ações de certos atores, via normas reforçadas por sanções* (1990:20-21).

[5] Essa posição assumida por Coleman se assemelha com a afirmação de Durkheim de que os fatos sociais possuem propriedades *sui generis*, resultantes não da simples soma de indivíduos, mas da interrelação entre eles.

A característica mais marcante da teoria da escolha racional, e também a mais criticada, é a aceitação do pressuposto de que os atores sociais agem racionalmente para atingir seus fins, realizando um cálculo de maximização da utilidade, ou seja, os indivíduos procuram obter o máximo de resultados favoráveis aos seus objetivos com o mínimo de custos. Coleman defende o uso da "maximização da utilidade" com o seguinte argumento:

> *Para uma teoria social feita com três componentes — um componente macro-para-micro, um componente de ação individual e um componente de micro-para-macro — é especialmente importante que o componente da ação individual permaneça simples* (1990:19).

Assim como comumente ocorre nas ciências, naturais e sociais, Coleman elabora sua teoria para um caso limite. Ele sabe que nem sempre os atores agem racionalmente, mas, ao longo de seu livro, fornece diversas explicações para as ações humanas conforme os parâmetros da teoria do ator racional que age perseguindo fins previamente definidos. Embora não ignore que as ações humanas possam ser irracionais, Coleman procura expor o que sua teoria do ator racional tem a dizer sobre diversos tipos de relações sociais (relações de favor, relações de autoridade, demanda por normas e efetivação de normas etc.). Ao adotar o pressuposto da racionalidade dos atores, Coleman está praticando uma redução da complexidade da realidade, o que não é necessariamente maléfico para a qualidade da ciência produzida.

Em sua teoria, Coleman está consciente de que a realidade é apreendida apenas parcialmente por seus enunciados baseados na pressuposição de que os atores agem racionalmente. Pode-se, aliás, usando as palavras de Lafay, dizer que Coleman não elaborou sua teoria para provar que "os atores são realmente racionais, mas para colocar em evidência as conseqüências lógicas e empiricamente testáveis desse ponto de partida analítico" (Lafay, 1997:238). Ele está consciente de que as ações humanas têm muitos componentes irracionais (afetivos, tradicionais, moralmente motivadores, etc...), ficando sua teoria sujeita às críticas de simplismo recorrentemente dirigidas às teorias econômicas da sociedade. No entanto, como diz Lafay, os críticos dessa opção metodológica não vêem que autores como Coleman adotam conscientemente uma estratégia reducionista, objetivando:

> *... reter o menor número possível de variáveis e representar do modo mais rudimentar suas interdependências a fim de deduzir conclusões fortes sobre a realidade. É, aliás, por essa razão que os construtores de modelos passam geralmente mais tempo pesquisando quais variáveis podem eliminar do que se interrogando sobre quais foram esquecidas* (Lafay, 1997:233-4).

Para Lafay, "a pesquisa das causas de uma divergência manifesta entre um modelo simples e a realidade é um elemento central no progresso de uma pesquisa" (1997:234). O próprio Coleman diz que sua opção pela teoria da escolha racional visa aumentar o poder de previsão de sua teoria (1990:18). Vale lembrar que Coleman se encaixa bem na função de continuador de Olson, que era economista e que fez um reducionismo ainda maior na análise da produção de bens coletivos. Pode-se dizer que Coleman fez um reducionismo mais brando. Para ele, não são racionais somente o que em Weber seriam ações racionais com relação a fins, ou seja, ações que visam ganhos materiais. Ao longo de *Foundations of Social Theory*, Coleman constantemente considera que os atores sociais estão tomando decisões racionais, mas defende sua posição nos seguintes termos:

> *... muito do que é ordinariamente descrito como não-racional ou irracional o é meramente porque os observadores não descobriram o ponto de vista do ator, a partir do qual a ação é racional* (1990:18).

Na teoria de Coleman, portanto, a racionalidade é entendida de forma ampla. Não são somente as compensações materiais que constituem os fins a serem atingidos por atores racionais. Respeito, amor, honra, glória etc. podem entrar como ingredientes no momento de escolher, dentre possíveis fins, qual será o objetivo a ser alcançado. Coleman procura encontrar explicações racionais inclusive para ações já satisfatoriamente explicadas como irracionais por outras teorias, como a interiorização de normas. No entanto, ele admite que as normas não são interiorizadas apenas por introspecção e por considerações racionais dos atores. A coerção exercida sobre o ator e o hábito de obedecer desempenham um papel fundamental.

> *Uma teoria baseada na ação racional tem, portanto, a mesma deficiência no nível individual (considerado como um sistema) que uma teoria que começa com normas sociais tem no nível do sistema social* (Coleman, 1990:292).

Ou seja, ao começar suas explicações pelo nível individual, a teoria da escolha racional não atribui a devida importância à coercitividade dos fatos sociais. Para Coleman, no entanto, é mais grave a falha das funcionalistas que atribuem aos fatos sociais uma racionalidade que não se encontra neles mas nos indivíduos que compõem a sociedade (1990: 293).

A racionalidade na teoria da ação de Coleman limita-se à escolha dos meios, havendo todo um espaço para a irracionalidade na escolha dos fins a serem perseguidos pelos atores racionais. Para uma pessoa apaixonada, por exemplo, pode ser racional fazer "qualquer coisa" pela pessoa amada; qualquer mínima perspectiva de benefício é suficiente para justificar o alto custo de uma ação (Coleman, 1990:178). Ele somente considera necessário utilizar o princípio da maximização da utilidade, no sentido clássico de satisfação material e pessoal, no desenvolvimento quantitativo da teoria, realizado na quinta parte de seu livro (1990:18).

Outro aspecto que deixa de ser exigido para que se considere os atores como racionais é que eles ajam de acordo com o que seria objetivamente a ação mais racional para atingir determinado fim. Em Coleman, o ator faz um cálculo de até que ponto vale a pena continuar buscando informações para

tomar uma boa decisão e, atingido certo nível de informação, devido aos altos custos de se obter informações suplementares, o ator considera que o provável resultado de sua ação já será bom o bastante e age. Trata-se de um comportamento menos perfeccionista (com relação aos fins) do que o baseado em considerações de mínimo de custo e máximo de benefício. Os custos dos meios entram no cálculo racional.

Coleman, apesar de desenvolver sua teoria tendo como pressuposto indivíduos que agem racionalmente, critica o individualismo do utilitarismo e de uma teoria da escolha racional que pressupõem a existência de indivíduos isolados agindo exclusivamente conforme uma racionalidade com relação a fins:

> *Existe uma ficção muito difundida na sociedade moderna. (...) Essa ficção é a de que a sociedade consiste de um conjunto de indivíduos independentes, cada qual agindo para atingir fins que são independentemente alcançáveis e de que o funcionamento do sistema social consiste da combinação dessas ações de indivíduos independentes. É o que se vê na teoria econômica de um mercado com competição perfeita* (1990:300).

A ciência fornece subsídios para intervir na realidade e Coleman, pragmaticamente, escolheu um método que facilitasse uma intervenção baseada numa pesquisa científica. Para ele, o individualismo metodológico, mais do que o holismo, é comumente útil para fundamentar uma intervenção consciente na realidade com vistas a mudar o comportamento do sistema social (1990:3-4). O próprio Coleman, no entanto, argumenta que sua opção metodológica é uma escolha humanística.

> *A análise interna do sistema de comportamento é baseada numa imagem humanisticamente congenial do homem. O mesmo não pode ser dito de muitas teorias sociais. Para muitos teóricos da sociedade, as normas são pontos de partida da teoria. A imagem do homem produzida por uma teoria que começa no nível do sistema social é a do* homo sociologicus, *um elemento socializado de um sistema social. Questões fundamentais de filosofia moral e política, que tratam da tensa e fundamental relação entre homem e sociedade, não podem ser levantadas* (1990:4).

Segundo Coleman, sua teoria, mais do que qualquer outra questão, "trata da coexistência pacífica entre homem e sociedade, como dois sistemas de ação que se intersectam" (1990:5). Sua preocupação com o poder preditivo de sua teoria deve ser atribuída não somente a uma intenção de intervir eficientemente na realidade mas também de assegurar o caráter científico da teoria. Segundo Popper, o que caracteriza uma teoria como científica é a falseabilidade das conseqüências empíricas previstas pela teoria. Exemplo desta preocupação de Coleman com a falseabilidade de sua teoria pode ser encontrado durante sua explicação do porquê um ator racional se dá ao trabalho de votar se o seu voto tem tão pouco poder para mudar os resultados de uma eleição:

> A explicação do ato de votar tem certas virtudes. Uma é que ela faz surgirem predições diferenciadas sobre as diferentes circunstâncias em que as pessoas votariam e pode, pois, ser empiricamente corroborada ou desconfirmada (1990:291).

O que ele entende por poder preditivo da ciência não tem, pois, nada de determinismo. O próprio Coleman explicitamente se contrapõe à posição fatalista. Para ele, as teorias sociais que explicam as mudanças sociais como epifenômenos das mudanças tecnológicas ou de forças da natureza implicam numa

> *visão fatalista do futuro, na qual os homens encontram-se submissos a forças naturais. (...) Em teorias desse tipo, propõe-se como causa das ações não os fins, objetivos ou intenções das pessoas, mas forças exteriores ou impulsos inconscientes e internos. Como conseqüência, essas teorias não podem fazer nada além de descrever um destino inexorável; elas são úteis somente para descrever as ondas de mudanças que nos atingem* (1990: 16-7).

Embora concorde que as sociedades humanas são por demais complexas para se levantar qualquer pretensão de prever o futuro, eu, no entanto, questiono a validade da argumentação de Coleman: o fato de seguir o fatalismo deixar o cientista acreditando que não pode fazer nada para contribuir para uma mudança da sociedade é moralmente criticável, mas a crítica metodológica a ser feita deve consistir no falseamento das hipóteses de que as sociedades humanas progridem segundo algum rumo inexorável. Deve-se provar que o fatalismo é incondizente com a realidade e não simplesmente negar o fatalismo porque ele retira do homem a esperança de ter liberdade de agir.

3 UMA TEORIA DO SENSO PRÁTICO

Bourdieu desenvolveu sua teoria como uma proposta de superação da polêmica entre individualismo metodológico e holismo, ou, como era colocado o problema em seu meio, entre subjetivismo e objetivismo ou, ainda, fenomenologia e estruturalismo.

> *A antiga polêmica entre subjetivismo e objetivismo emerge (...) como um ponto central para a reflexão de Bourdieu; para resolvê-la, explicita-se um outro gênero de conhecimento, distinto dos anteriores, que pretende articular dialeticamente o ator social e a estrutura social. A este tipo de abordagem epistemológica Bourdieu chama de conhecimento praxiológico* (Ortiz, 1978: 8).

Bourdieu parte da percepção da insuficiência do estruturalismo para explicar a realidade social. Assim como Coleman criticou o funcionalismo por tomar as normas como dadas, sem problematizar sua origem e manutenção, Bourdieu criticou o estruturalismo por sua aceitação acritica da existência de estruturas condutoras das ações dos indivíduos. Assim como pensava Coleman, também para Bourdieu, a explicação

da realidade social exige não somente o conhecimento do nível macro, no caso, as estruturas sociais, como uma compreensão das ações individuais.

Quando agem, os indivíduos, mesmo que inconsciente e intuitivamente, comparam as situações por que passam com outras já vividas. Seria extremamente trabalhoso a cada nova situação pensar detidamente sobre o que fazer. Na prática, qualquer sujeito age de modo parecido com o que agira anteriormente em situação que, se não é similar, tem semelhanças suficientes com experiências anteriores para permiti-lhe esperar resultados satisfatórios se agir do modo como agira anteriormente. É levando isso em conta que Bourdieu, ao contrário de Coleman, considera equivocado considerar os indivíduos como atores racionais. Os indivíduos não avaliam as chances de suas ações serem bem sucedidas de maneira racional, por meio de cálculos de probabilidade construídos "com base em experiências controladas e a partir de dados estabelecidos segundo regras precisas" (Bourdieu, 1972:62). Para ele, os agentes sociais não são

> *sujeitos conscientes e conhecedores, obedecendo a* razões *e agindo com pleno conhecimento de causa, conforme acreditam os defensores da* Rational Action Theory. *(...) Os 'sujeitos' são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (...), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O* habitus *é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação* (Bourdieu, 1994:42).

Ao conceito de estrutura, portanto, Bourdieu contrapõe o conceito de *habitus*. Os indivíduos não agem simplesmente conforme estruturas objetivas, mas de acordo com "sistemas de *disposições* duráveis" em parte assimilados das estruturas sociais e em parte como respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações ocorridas ao longo de sua vida. Os *habitus* são:

> *... estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente 'reguladas' e 'regulares' sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim, sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente* (Bourdieu, 1972:61).

O habitus é primitivo (atribui peso demasiado às primeiras experiências) porque é durável e é durável porque tende ao esquecimento:

> *O peso particular das experiências primitivas resulta (...) do fato de que o habitus tende a assegurar sua própria constância e sua própria defesa contra a mudança. (...) o habitus tende a favorecer as experiências adequadas ao seu próprio reforço (como o fato empiricamente atestado de que se tende a conversar sobre política com pessoas da mesma opinião)* (Bourdieu, 1980a:102).

O habitus segue a estratégia inconsciente de utilizar as informações que possui para evitar novas informações que possam lhe provocar modificações. Os sujeitos agem em consonância com seus esquemas de percepção, de pensamento e de ação, que não são imutáveis, mas que são arraigados. Um indivíduo avalia subjetivamente as "chances de sucesso de uma ação determinada numa situação determinada" por meio

> *de todo um corpo de sabedoria semiformal, ditados, lugares comuns, preceitos éticos (...) e, mais profundamente, princípios inconscientes do* ethos, *disposição geral e transponível que, sendo o produto de um aprendizado dominado por um tipo determinado de regularidades objetivas, determina as condutas 'razoáveis' ou 'absurdas' (as loucuras) para qualquer agente submetido a essas regularidades* (Bourdieu, 1972:62-63).

Na medida em que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo ou a uma mesma classe têm probabilidades bem maiores de vivenciar as mesmas experiências na mesma ordem do que indivíduos pertencentes a uma classe ou grupo diferente, é possível falar na aquisição de um habitus de classe ou de grupo. "A homogeneidade objetiva dos habitus de grupo ou de classe (...) resulta da homogeneidade das condições de existência" (Bourdieu, 1980a:98). Pode-se dizer que o habitus da classe é o "habitus individual no que ele exprime ou reflete a classe (ou o grupo)" (Bourdieu, 1980a:101).

É se deixar guiar pelo *habitus*, e não a obediência consciente a normas, que permite encontrar regularidades no comportamento dos indivíduos. Na medida em que os esquemas de percepção, de pensamento e de ação de um indivíduo são apreendidas da coletividade em que ele vive, os seus *habitus* são estruturas objetivas agindo sobre o seu comportamento. É neste sentido que tudo se passa como se as regularidades de seu comportamento fossem produto de uma estratégia coletiva seguida inconscientemente pelo indivíduo.

> *As práticas podem encontrar-se objetivamente ajustadas às chances objetivas (...) sem que os agentes procedam ao menor cálculo ou mesmo a uma estimação, mais ou menos consciente, das chances de sucesso. Pelo fato de que as*

> *disposições duravelmente inculcadas pelas condições objetivas (...) engendram aspirações e práticas objetivamente compatíveis com as condições objetivas e, de uma certa maneira, pré-adaptadas às suas exigências objetivas, os acontecimentos mais improváveis se encontram excluídos, antes de qualquer exame, a título do* impensável... (Bourdieu, 1972:63).

O caráter de inconsciência do *habitus* se deve ao que Bourdieu chama de esquecimento da história (Bourdieu, 1972:65). Seria mentalmente impraticável para um ser humano a cada situação com que se deparasse tentar se lembrar de tudo o que vivera de parecido, das atitudes que então tomara e dos resultados obtidos. O dispêndio de tempo e energia mental é bem menor se for possível retirar lições de cada experiência vivida, ou seja, se o indivíduo puder formular um padrão de comportamento adequado para situações daquele tipo. Por meio deste procedimento, torna-se possível uma avaliação do tipo de situação que se enfrenta e do esquema de ação adequado a se aplicar. Neste sentido, a ação prática é, simultaneamente,

> *Necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediaticidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um* habitus *(...) e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados* (Bourdieu, 1972:65).

A avaliação da situação é rápida e um tanto inconsciente porque dispensa o uso de linguagem. O indivíduo somente tem necessidade de se tornar mais ou menos consciente do seu *habitus* se sua ação não traz os resultados esperados. Será, então, preciso descobrir qual aspecto dos seus esquemas de percepção, de pensamento e de ação foi inadequado, corrigi-lo e formular um novo padrão de comportamento[6].

Bourdieu nega que seu conceito de habitus leve a um determinismo. Para ele, o indivíduo tem suas ações condicionadas pelo habitus e pela situação concreta com que se defronta, mas, dentro dessas limitações, age com certo grau de liberdade:

> *Espontaneidade sem consciência nem vontade, o habitus não se opõe menos à necessidade mecânica que à liberdade reflexiva, às escolhas sem história das teorias mecanicistas que aos sujeitos 'sem inércia' das teorias racionalistas* (Bourdieu, 1980a:95).

[6] Uma outra situação em que se faz necessário um mínimo de consciência do próprio *habitus* é quando alguém, talvez uma criança, pergunta ao indivíduo por que está fazendo aquilo ou por que ela (a criança) deve agir daquela forma. Outros casos: "... os atores às vezes também revêem sua ação passada para relembrá-la ou retrabalhá-la nos sonhos acordados, para as narrar, para rir, para 'transmiti-la' a sua descendência, para ter a impressão de melhor modelá-la" (Lahire, 1998:178).

4 O CONCEITO DE CAPITAL SOCIAL

A tradição norte-americana, na qual se insere a teoria social de Coleman, pensa a relação entre público e privado como um problema de produção de bens coletivos. Obra clássica nesta linha de pesquisa é *The Logic of Collective Action*, de 1965, na qual Mancur Olson argumenta que indivíduos com objetivos comuns tendem a não se organizar e agir coletivamente se não houver incentivos e punições individuais (e não coletivos) que os induza a contribuir para a produção de um bem coletivo. A lógica da ação coletiva, tal como vista por Olson, tinha como deficiência ser uma lógica de mercado, em que os indivíduos têm algo para trocar, mas onde não se considera devidamente a interdependência (social e, inclusive, afetiva) entre os indivíduos (Stone, 1997:218). Com seu conceito de capital social, Coleman fornece um instrumental conceitual mais potente, permitindo uma melhor compreensão da racionalidade da ação dos indivíduos na produção de bens coletivos (ou seja, pode-se compreender melhor aquilo que Olson chamou de lógica da ação coletiva).

O conceito de *capital social* desenvolvido por James Coleman permite melhor compreender como se dão as relações de confiança, favoráveis à ação coletiva organizada, existentes entre os membros de um grupo de pessoas. Sem deixar de considerar que os indivíduos podem se utilizar de máquinas, ferramentas, instalações físicas (capital físico) e de suas habilidades e conhecimentos pessoais (capital humano) para atingir seus objetivos, Coleman diz que, na medida em que entre os atores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Para tanto, é preciso haver relações sociais que tornem possível a ação conjunta. Coleman chama de capital social ao conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social localiza-se não nos indivíduos, mas nas relações entre eles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que encontram-se imersos em tais relações (Coleman, 1990:300-304).

Entre os diversos tipos de relações sociais geradoras de capital social, citadas por Coleman, encontram-se: as relações de expectativas e obrigações entre indivíduos que trocam favores; a existência de normas, com suas sanções e prêmios aplicáveis pelos atores beneficiários da norma sobre os atores alvos da norma; as relações de autoridade, em que um indivíduo concorda em ceder a outro o direito sobre suas ações em troca de uma compensação (financeira ou de outra espécie, como status, honra, deferência etc.); as relações sociais que permitem a um indivíduo obter informações de seu interesse por um baixo custo (por meio de um simples telefonema, por exemplo). Este último exemplo, o fornecimento de informações, pode ser, conforme o caso, enquadrado como uma troca de favores, obediência a normas ou adequação a uma relação de autoridade. Em todos os casos, um fator importante sempre presente é a confiança mútua existente entre os indivíduos: fazer um favor confiando que o outro retribuirá quando tiver oportunidade; submeter-se a normas confiando que o outro

também submeter-se-á ou será punido se não o fizer; trabalhar para alguém confiando que receberá o pagamento ajustado ou, vice-versa, contratar alguém confiando que executará o trabalho proposto. Um outro aspecto importante é que constituem capital social tanto as relações formais, registradas por escrito em leis, portarias, estatutos etc. ou em contratos como as relações informais, tacitamente reconhecidas e sem contar com registro escrito (Coleman, 1990:305-312).

Quando os indivíduos se associam para atingir fins comuns, quando, por exemplo, envolvem-se em alguma organização social, desenvolvem relações de confiança mútua no seu trabalho em busca dos objetivos da organização. As relações de confiança, ou seja, o capital social gerado como subproduto da ação organizada, poderão eventualmente vir a ser utilizadas pelos atores sociais envolvidos com outros objetivos que estejam para além dos fins da organização. Uma interessante característica do capital social é que ele não se desgasta com o uso. Pelo contrário, as relações sociais que o constituem tornam-se mais perenes quando são continuamente ativadas (Coleman, 1990:318-321).

Bourdieu, por sua vez, assim define capital social:

> *O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma* rede durável de relações *mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos,* à vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por* ligações *permanentes e úteis. (...) O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado* (Bourdieu, 1980b:67).

Também em Bourdieu, onde há mais capital social há melhor aproveitamento dos recursos econômicos (do capital econômico) e das habilidades humanas (do capital cultural). No entanto, para Bourdieu, o capital social é algo possuído por indivíduos, enquanto que para Coleman constituem capital social as relações sociais que permitem a um conjunto de indivíduos (dois ou mais, podendo a coletividade em questão ser uma nação inteira) potencializar o uso de seus recursos econômicos e humanos (estes, sim, possuídos por indivíduos). A diferença, porém, não é tão acentuada porque Bourdieu diz que o capital social também pode ser possuído coletivamente (por exemplo, por uma família, uma nação ou uma associação). Ainda à semelhança de Coleman, para Bourdieu, a manutenção do capital social depende da contínua ativação das relações sociais a ele relacionadas. Para ambos os autores, o capital social se desvanece se não for utilizado.

A comparação dos conceitos de capital social de Bourdieu e de Coleman suscita pelo menos duas perguntas. Em primeiro lugar, por que duas teorias tão diferentes produziram dois conceitos de capital social tão semelhantes? Para esta pergunta, não tenho nenhuma resposta. O máximo que posso constatar é que Coleman cita Bourdieu como um dos autores que utilizou o conceito de capital social antes dele[7]. Em segundo lugar, considerando que Bourdieu construiu uma teoria da ação social que não rompe radicalmente com a perspectiva holista com a qual se confrontou (o estruturalismo), antes a incorporando, e que Coleman, ao contrário, negou o princípio funcionalista e construi uma teoria dentro dos marcos do individualismo metodológico, a pergunta é: Por que Bourdieu elaborou um conceito de capital social mais centrado no indivíduo do que o de Coleman?

Igualmente para essa segunda pergunta não tenho resposta segura, mas, neste caso, arrisco-me a fazer uma especulação. Parece-me que o motivo não se encontra nas diferenças teóricas entre os dois autores. Coleman e Bourdieu procuraram no conceito de capital social repostas para diferentes perguntas de partida. Preocupado em encontrar uma resposta satisfatória a uma pergunta que há muito tempo ecoa na academia norte-americana, Coleman procurou uma reposta para a velha questão da produção de bens coletivos: por que comunidades com recursos econômicos e humanos semelhantes têm capacidades diferentes de resolver seus próprios problemas pela ação coletiva? A resposta, implícita na teoria de Coleman e explicitada por Putnam (1994) seria que as comunidades com nível mais elevado de capital social são compostas de indivíduos que confiam mais uns nos outros, facilitando a ação coletiva e permitindo um melhor aproveitamento dos recursos econômicos e humanos à sua disposição. Bourdieu, por sua vez, sempre direcionou suas pesquisas para a compreensão do sucesso e do fracasso de indivíduos. Sua pergunta seria algo como: Por que um determinado indivíduo consegue ocupar na sociedade uma posição com a qual um outro indivíduo nunca chegou sequer a sonhar? A resposta estaria na quantidade dos diferentes capitais (cultural, econômico, social etc.) acumulados pelo indivíduo por herança ou por esforço pessoal.[8]

5 CONFRONTANDO AS DUAS TEORIAS

Antes de confrontar os dois autores, é preciso deixar claro que é apenas aparente as semelhanças entre

---

[7] Coleman cita o pequeno texto — apenas duas páginas no original em francês — que também utilizei neste trabalho (*Capital Social – Notas Provisórias*, de 1980).

[8] Em prol deste argumento, podem ser mencionados alguns trabalhos empíricos de Bourdieu em que esta preocupação com a diferenciação dos indivíduos está presente, como *La Distinction*, *A Reprodução* e *Homo Acadmicus*. Em apoio à tese de que a preocupação básica de Coleman é com a superação das dificuldades da ação coletiva, forneço a seguinte citação: "Os problemas dos bens públicos apontados por Olson são examinados em vários lugares ao longo deste livro" (Coleman, 1990:135). De fato, toda a argumentação do livro parece buscar uma melhor iluminação desse problema, procurando servir de orientação a uma ação consciente em busca de sua solução.

as teorias da ação de Coleman e Bourdieu com os tipos ideais weberianos de ação racional com relação a fins e ação tradicional, respectivamente. Em Coleman, os atores racionais não podem ser confundidos com agentes que somente executam ações racionais com relação a fins. Creio que, seguindo a terminologia weberiana, poucos hesitariam em considerar predominantemente afetivas as atitudes de um rapaz que não mede esforços para agradar a garota que corteja. Ao considerar tal atitude racional, Coleman trata a racionalidade de uma forma tão abrangente que desvanece as diferenças estabelecidas por Weber entre ações racionais com relação a fins e ações afetivas, tradicionais ou racionais com relação a valores. Quase todas as ações podem ser consideradas racionais com relação a fins.

A ação prática, em Bourdieu, é a resultante da relação entre um habitus e uma situação concreta; a ação tradicional em Weber é "uma reação surda a estímulos habituais que decorre na direção da atitude arraigada" (Weber, 1922:15). Entre os dois conceitos, há uma aparente semelhança de enunciado, mas, de fato, uma grande diferença de significado. Por "uma reação surda a estímulos habituais", poderia ser entendido, na terminologia de Bourdieu: "efetivação de esquemas de ação em resposta a uma situação análoga a outras vividas anteriormente". Por "reação que decorre na direção da atitude arraigada", poderia ser entendido algo como: "efetivação dos esquemas de ação que decorre dos esquemas de percepção". Na verdade, porém Bourdieu pôde se apoiar na tradição sociológica posterior a Weber para elaborar uma noção de ação prática mais precisa e minuciosa do que o conceito weberiano de ação tradicional. São duas as difrenças mais importantes entre o conceito de ação tradicional e de ação prática. A primeira é que a ação prática de Bourdieu não é, em si, um conceito típico ideal. Bourdieu não pretende comparar seu conceito com a realidade empírica para dizer até que ponto uma ação concretamente estudada é prática, racional ou afetiva etc. Para Bourdieu, o conceito de ação prática representa a própria realidade da ação social.

A segunda diferença é que uma ação social que fosse puramente tradicional seria mera reação mecânica. O agente não estaria experimentando nenhum grau de liberdade em sua ação. De acordo com Bourdieu, pelo contrário, a ação prática encerra um momento de liberdade (embora liberdade limitada).

Liberdade em Bourdieu não é o mesmo que livre arbítrio. Negando a presença de racionalidade nas ações práticas e afirmando o caráter inconsciente do exercício da liberdade, fica nebuloso o que vem a ser essa liberdade. O habitus assegura uma

> *liberdade condicionada e condicional (...) tão afastada de uma criação de uma novidade imprevisível quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais* (Bourdieu, 1980a:92).

Bourdieu somente aponta os limites aquém dos quais não há liberdade, nada dizendo sobre a própria liberdade, sobre como reconhecê-la na ação dos atores. O vazio teórico na descrição da liberdade causa a impressão de ausência de liberdade e, portanto, de haver determinismo na teoria de Bourdieu. Isto tem-lhe valido a pecha de teórico da reprodução. Porém, a atitude de Bourdieu talvez seja a mais coerente. Afinal, a liberdade (pelo menos a absoluta) deve, por definição, ser livre de qualquer determinação. Por conseguinte, as características (determinações) de um ato livre não podem ser descritas antes do ato ter sido realizado.

Ao contrário de Bourdieu, que atribui ao não-racionalismo de sua teoria um aspecto caracterizador do não-determinismo, para Coleman, sua teoria tem um caráter humanístico justamente porque pressupõe que os seres humanos são racionais, com capacidade de escolher quais ações serão mais favoráveis para se atingir um futuro desejado.

Bourdieu é veementemente contrário às teorias do ator racional, chegando mesmo a nomear como intenção central de sua teoria, desde os seus primeiros trabalhos, a crítica ao "modelo do *homo oeconomicus* como calculador racional, que voltou à moda atualmente sob o nome de *rational action theory* ou de 'individualismo metodológico' " (Bourdieu, 1994:157). Para Bourdieu, o

> *calculador racional, que os defensores da* rational action theory *colocam na origem das condutas humanas não é menos absurdo (...) que o* angelus rector, *piloto vigilante ao qual alguns pensadores pré-newtonianos atribuíam o movimento regulado dos planetas* (Bourdieu, 1994:213).

Segundo Bourdieu, sua teoria da prática contorna os problemas de uma *rational action theory*, na medida em que o *habitus* dirige as práticas e os pensamentos de um ator a maneira de uma força e de uma necessidade lógica, mas sem constrangê-lo mecanicamente e sem se impor a ele como se aplicasse uma regra ou como se ele se submetesse ao veredito de um cálculo racional. Para Bourdieu, exemplo de situação em que uma teoria da ação racional é totalmente inadequada encontra-se na análise do fenômeno da dádiva. Existe um "intervalo temporal entre a dádiva e a retribuição", admitindo-se tacitamente, em praticamente todas as sociedades, "que não se devolve no ato o que se recebeu — o que implicaria uma recusa" (Bourdieu, 1994:165). O intervalo tem

> *como função colocar um véu entre a dádiva e a retribuição, permitindo que dois atos perfeitamente simétricos parecessem atos singulares, sem relação. Se posso definir minha dádiva como uma dádiva gratuita, generosa, que não espera retribuição, é porque existe um risco, por menor que seja, de que não haja retribuição (sempre há ingratos)* (Bourdieu, 1994:165).

O *habitus* adquirido no processo de socialização inclina o indivíduo a aceitar as trocas de presentes como atos de generosidade. É condição de possibilidade da dádiva que seu caráter de troca permaneça inconsciente e é a realização da dádiva como ação prática e não como uma ação racional que torna isso possível.

> *O fato de que o consenso a respeito da taxa de troca seja explícito sob a forma de preço é o que*

> *torna possível tanto o calculismo quanto a previsibilidade: sabemos onde estamos. Mas é também o que arruina qualquer economia das trocas simbólicas, economia das coisas sem preço, no seu duplo sentido* (Bourdieu, 1994:169).

Somente uma teoria da ação prática permite dar conta da ambiguidade entre ação individual generosa e relações sociais objetivamente calculistas:

> *Não podemos dar conta de todas as condutas duplas, sem duplicidade, da economia das trocas simbólicas, a não ser abandonando a teoria da ação como produto de uma consciência intencional, de um projeto explícito, de uma intenção explícita e orientada por um objetivo explicitamente colocado* (Bourdieu, 1994:170).

Uma das críticas de Bourdieu à teoria do ator racional é sua aceitação do utilitarismo. Para Bourdieu, é empobrecer demasiadamente a realidade tratar os atores sociais como agentes calculistas que sempre perseguem seus objetivos conscientemente e pela realização do cálculo do máximo de benefício ao menor custo. Critica também o fato do utilitarismo reduzir a motivação dos agentes ao interesse econômico, a um lucro material (Bourdieu, 1994:142).

São, pois, segundo Bourdieu, três os principais pontos fracos de uma teoria do ator racional: 1) o próprio pressuposto de que os atores agem racionalmente; 2) o pressuposto de uma racionalidade com relação a fins, em que se calcula o máximo de benefício obtenível com o mínimo de custo; e, 3) a suposição de os atores somente se sentem motivados por interesses materiais, passível de ser convertido em lucro financeiro. Vale, no entanto, lembrar que as críticas de Bourdieu não foram elaboradas tendo como alvo *Foundations of Social Theory*, somente publicado em 1990[9]. Assim, das três críticas, a segunda e a terceira não podem ser direcionadas à teoria do ator racional desenvolvida em *Foundations of Social Theory*. Para Coleman, a racionalidade inclui no cálculo os meios e os indivíduos podem ter as mais diversas motivações (inclusive afetivas ou tradicionais).

Quanto à primeira crítica, Coleman admite que os atores não agem sempre racionalmente. No entanto, sua teoria tem seu campo de aplicação ampliado em muito pela busca não do que seria objetiva e materialmente racional, mas do que é racional do ponto de vista do ator. Além disso, Coleman não pretende com sua teoria provar que atores são racionais, mas explicar de que modo sua teoria poderia explicar como racionais as ações dos atores nas mais diversas situações. O próprio Bourdieu admite que os indivíduos freqüentemente agem como se agissem racionalmente:

> *As condições para o cálculo racional praticamente nunca são dadas na prática: o tempo é contado, a informação é limitada, etc. E, no entanto, os agentes fazem, com muito mais freqüência do que se agissem ao acaso, 'a única coisa a fazer'* (Bourdieu, 1987:23).

Exemplo da busca de Coleman pela aplicação de sua teorias às situações mais inesperadas, além da já mencionada origem e manutenção das normas sociais, encontra-se em sua análise da troca de favores, que, aliás, é uma situação bem parecida com a troca de dádivas. Para Coleman, quem recebe um favor torna-se capaz de realizar algo em determinado momento que seria de outra forma impossível ou, pelo menos, mais difícil. Quem presta um favor o faz esperando, num futuro indeterminado, receber algo em troca. Se fosse possível determinar o momento e a forma da retribuição, deixaria de ser uma troca de favores e passaria a ser uma troca de mercadorias (compra ou escambo) ou um contrato comercial (mesmo que informal) etc. A racionalidade da troca de favores está no fato de que quem presta o favor está colocando a disposição de outra pessoa recursos que lhe pertecem, dos quais não lhe será custoso se desfazer no momento e que serão de grande utilidade para quem recebe, esperando, num momento em que passar por necessidade análoga, receber ajuda, que lhe será de grande valia e que não será muito custosa a quem lhe retribui o favor (Coleman, 1990:98-99).

Uma situação em que se presta um favor por pura generosidade, para um desconhecido, por exemplo, a quem não se espera tornar a ver e muito menos receber qualquer retribuição, complicaria a questão e somente poderia ser satisfatoriamente respondida pela teoria de Coleman levando em conta a existência de normas internalizadas. Coleman entende que um indivíduo tem uma norma internalizada quando possui "um sistema de sanções interno o qual provê punições quando ele leva adiante ações proscritas pela norma ou falha em empreender as ações prescritas" (Coleman, 1990:293). Assim, um ato de "pura generosidade" poderia ser explicado como um ato de obediência a uma norma internalizada. Quanto à internalização da norma, realizá-la seria um ato racional nos casos em que o ator se confronte com situações em que não esteja ao seu alcance burlar a norma sem ser punido. Se não é possível controlar certos eventos do mundo (as punições), a atitude que mais benefícios pode trazer ao sujeito é a modificação de suas expectativas em relação ao mundo (no caso, passar a desejar obedecer as normas e a se sentir gratificado ao fazê-lo) (Coleman, 1990:517).

Ao ser assim concebida a internalização de normas, deixa de ser aplicável à teoria de Coleman uma crítica comumente dirigida às teorias da escolha racional, ou seja, a de que tais teorias não levam em consideração o passado dos indivíduos. Segundo Bernard Lahire, teorias como a de Bourdieu atribuem ao passado do indivíduo, incorporado no seu habitus, um peso determinante e decisivo sobre suas ações enquanto que

[9] Certamente, as críticas de Bourdieu se aplicam ao livro anterior de Coleman (*The Mathematics of Collective Action*, 1973) e à quinta parte de *Foundations of Social Theory* ("The Mathematics of Social Action"). Afinal, é o próprio Coleman quem admite que o princípio utilitarista é necessário no desenvolvimento quantitativo de sua teoria.

teorias do ator racional interpretam as ações apenas como resultado de uma interrelação entre um ator e uma situação (não há passado incorporado; o tempo considerado pela análise é sempre o momento da própria ação, o presente: a condição do ator é sempre a de um ator racional com relação a fins) (Lahire, 1998:53). Em Coleman, no entanto, o passado se faz presente nas ações pelas normas internalizadas e também na escolha dos fins, que não sendo exclusivamente materiais, são relacionados a valores e, portanto, historicamente construídos.

Segundo minha interpretação dos dois autores aqui examinados, do ponto de vista da teoria de Bourdieu talvez se possa dizer que a análise de Coleman da troca de favores atribui aos atores uma racionalidade que, na verdade, não existe conscientemente em suas ações, mas, objetivamente, no habitus que os predispõe a fazer e receber favores. Coleman talvez aceitasse parcialmente a crítica, admitindo que a racionalidade não ocorre sempre, mas responderia que sua teoria, mais do que a de Bourdieu, permitiria prever reações dos atores a situações desse tipo e facilitaria uma ação planejada visando modificar a realidade (por exemplo, de um formulador de políticas públicas que pretendesse implementar uma política que, para ter bons resultados, exigisse que pequenos produtores agrícolas se ajudassem mutuamente). Por outro lado, do ponto de vista da teoria de Coleman talvez se pudesse acusar Bourdieu de estar caindo no mesmo erro dos funcionalistas, atribuindo ao sistema social uma racionalidade que somente pode ser encontrada em seres humanos individuais. Ao que Bourdieu responderia que a racionalidade objetiva de que ele fala não deriva de uma inexistente racionalidade dos atores, mas de regularidades no comportamento resultantes da durabilidade do habitus. Na verdade, o que há não é uma racionalidade localizável nos indivíduos, mas tudo se passa como se houvesse uma estratégia objetiva, da qual os indivíduos são os instrumentos inconscientes. É vistas retrospectivamente que as ações parecem que se dirigir a uma finalidade:

> *É preciso evidentemente retirar dessa palavra [estratégia] suas conotações ingenuamente teleológicas: as condutas podem ser orientadas em relação a determinados fins sem ser conscientemente dirigidas a esses fins, dirigidas por esses fins. A noção de* habitus *foi inventada, digamos, para dar conta desse paradoxo. Do mesmo modo, o fato de as práticas rituais serem produto de um 'senso prático', e não uma espécie de cálculo inconsciente ou da obediência a uma regra, explica que os ritos sejam coerentes, mas com essa coerência parcial, nunca total, que é a coerência das construções práticas* (Bourdieu, 1987:22).

6 ÚLTIMA SEÇÃO

Na teoria do senso prático, o homem não faz escolhas refletidas; ele age de acordo com as exigências da vida prática, que demandam por ações urgentes, e segundo o seu *habitus*. Bourdieu vê a racionalidade mas não a atribui aos sujeitos. A completa negativa da racionalidade nas ações humanas por parte de Bourdieu talvez se deva a ele se ater a uma definição de racionalidade muito estreita: a racionalidade com relação a fins materiais em que se está perfeitamente informado[10]. Assim definida, a ação puramente racional, de fato, é algo que nunca ocorre. No mínimo, uma situação real se diferencia desse ideal pela imperfeição das informações. Será que Coleman e Bourdieu estão vendo a mesma racionalidade e interpretando-a diferentemente? Não se pode dizer que Coleman esteja errado ao considerar os atores racionais porque ele, ontologicamente, não os considera. Será que o que Bourdieu chama de racionalidade estratégica pode ser assim chamada ou seria melhor um outro termo que não invocasse a existência de uma consciência social, sobrehumana? É possível conciliar as duas teorias? Como fazer uma síntese? Estas são perguntas para as quais não se encontrará respostas nesta seção final do artigo.

É de se esperar que as sociedades modernas, caracterizadas pelas mudanças rápidas, coloquem os indivíduos diante de um maior número de situações novas, difíceis de associar a situações passadas a partir dos seus esquemas de percepção e para as quais, por conseguinte, não encontram esquemas de ação adequados. Em tais situações, os sujeitos são obrigados a agir reflexivamente. É na investigação de situações encontradas em sociedades tradicionais que melhor se percebe o agir humano enquanto ação prática. Nas sociedades capitalistas modernas, além de ser maior o número de situações novas, o uso generalizado do dinheiro, oferece um maior número de oportunidades para se observar os atores agindo racionalmente (com relação a fins, inclusive).

> *Max Weber diz em algum lugar que passamos de sociedades nas quais os negócios econômicos são concebidos de acordo com o modelo das relações de parentesco a sociedades nas quais as próprias relações de parentesco são concebidas de acordo com o modelo das relações econômicas* (Bourdieu, 1994:180).

Não é, pois, inteiramente despropositado sugerir que Coleman teve na própria sociedade norte-americana o exemplo de que precisava para pensar os atores como racionais. Raciocínio contrário poderia ser aplicado a Bourdieu. Segundo Lahire, o pressuposto da unidade da subjetividade, adotado por Bourdieu, é uma herança filosófica que deveria ser testado empiricamente e não adotado aprioristicamente (1998:21). Bourdieu teria adotado o pressuposto de que os atores sempre agem segundo um senso prático a partir de suas leituras filosóficas e de uma indevida generalização do tipo de ação social que encontrara em suas primeiras pesquisas (etnológicas), realizadas em comunidades argelinas. Para Lahire, a coerência do habitus de um indivíduo teria por condição a coerência "dos princípios de socialização aos quais ele esteve submetido" (1998:35).

[10] Essa concepção da racionalidade é um dos pontos criticados na teoria de Bourdieu. Ver Lahire (1998:185).

Ao longo de suas vidas, os indivíduos de qualquer sociedade se vêem freqüentemente diante de situações novas o bastante para terem dificuldades de compará-las com experiências passadas. Como argumenta Bernard Lahire, os indivíduos não são socializados em condições sempre homogêneas (o ambiente familiar nem sempre é coerente com o ambiente escolar, por exemplo) (1998:60). Resulta disso que, quando diante de situações novas, os indivíduos dispõem de uma pluralidade de esquemas de percepção e de ação e é imprevisível qual desses esquemas será ativado com maior vigor. Naturalmente, essas situações são mais freqüentes na infância, mas não deixam de ocorrer (com um menor grau de "novidade") nas fases posteriores da vida. Quando diante de tais situações, o sujeito é obrigado a minimamente examinar a realidade à sua volta e a reconsiderar seus objetivos. Assim, a decisão sobre o que fazer deixa de ser uma quase repetição de decisões anteriores; é preciso refletir sobre o que fazer. As ações humanas se aproximam de um puro senso prático nas situações rotineiras e da racionalidade quanto àquilo que é novo. Ora, uma vez que a racionalidade predomina nos primeiros contatos de um ator com um tipo de situação nova e uma vez que as primeiras experiências são fundamentais para o estabelecimento do *habitus*, pode-se dizer que o *habitus* é um comportamento racional inconsciente (por esquecimento) de sua racionalidade. Segundo essa idéia de uma racionalidade inicial (existente antes que uma prática se torne habitual) pode-se pressupor que os momentos de mudança de habitus ocorrem quando o sujeito se torna mais reflexivo, questionando seu habitus e tomando decisões racionais.

Considerando que, pelo próprio caráter de sua atividade, o planejador de políticas públicas pretende modificar uma realidade social e, por conseguinte, as atitudes dos homens, pode-se supor que lhe será mais proveitoso o uso de uma teoria do ator racional do que uma teoria do senso prático, pois a primeira lhe permite melhor prever como os homens se comportarão diante de uma situação nova (afinal, nestas condições eles deverão agir racionalmente). Coleman parece, pois, ter razão ao afirmar que sua opção metodológica é a que melhor permite fazer previsões e agir sobre a realidade.

O termo racionalidade inicial pode passar, no entanto, indevidamente, a impressão de que a racionalidade ocorre apenas uma vez. Na verdade, como bem acentua Lahire, a

> *atitude de tipo não reflexivo é (...) sem cessar retificada, corrigida e controlada pelo desencadeamento de atitudes de reflexão no momento mesmo das práticas, porque as circunstâncias raramente permitem à consciência e à reflexão se ausentarem completamente* (1998:91).

No meu modo de ver, a realidade social tratada por Coleman e por Bourdieu é, no geral, uma só, as duas teorias representam contribuições importantes e são, satisfatoriamente, corretas e válidas para o melhor conhecimento dos fenômenos sociais. Creio, pois, que as duas teorias são podem ser conciliadas. Afinal, se as duas estão corretas, são visões parciais da realidade; visões que, combinadas, permitem enxergar melhor do que cada uma isoladamente. Cada uma delas, e cada uma de várias outras teorias existentes, ajudaria a melhor compreender diferentes momentos da infinitamente complexa interação humana.

7 BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre (1972). Esboço de uma Teoria da Prática. In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1994, pp. 46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). [O artigo é uma tradução de "Les trois modes de connaissance" e "Structures, habitus et pratiques". In: BOOURDIEU. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève: Lib. Droz, 1972. Pp. 162-89.]

———— (1980a). *Le sens pratique*. Paris: Les Éditions de Minuit.

———— (1980b). O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, pp. 67-69.

———— (1987). *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

———— (1994). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

COLEMAN, James Samuel (1990). *Foundations of social theory*. Harvard University Press, 1994.

ENCYCLOPÆDIA BRITANNICA (1999). Coleman, James S(amuel). Obtido em: http://www.britannica.com/

GOLDTHORPE, John H. Rational (1998) Action Theory for Sociology. In: *British Journal of Sociology*. Vol. n° 49, issue n° 2, June 1998, pp. 167-192.

HECKATHORN, Douglas D (1997). The Paradoxical Relationship Between Sociology And Rational Choice. *The American Sociologist*, Vol. 28:2 (Summer) 1997. [Também disponível na Internet: http://www.ucc.uconn.edu/~heckath/].

LAFAY, Jean-Dominique (1997). L'Analyse Économique de la Politique: Raisons d'Être, Vrais Problèmes et Fausses Critiques. In: *Revue Française de Sociologie*, XXXVIII, 1997, 229-243.

LAHIRE, Bernard (1998). *L'homme pluriel: les ressorts de l'action*. Paris: Nathan.

NAGEL, Ernest (1961). *La estructura de la ciencia: problemas de la lógica de la investigación científica*. Buenos Aires: Paidos, 1968.

ORTIZ, Renato (1978). "A Procura de uma Sociologia da Prática". In: BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo, Ática, 1994, pp. 7-36. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

OLSON, Mancur (1965). *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*. Cambridge e Londres: Harvard University Press, 1995.

PUTNAM, Robert (1994). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (1989). *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal.

STONE, Deborah. *Policy paradox: the art of political decision making*. Nova York e Londres: W. W. Norton, 1997.

WEBER, Max (1922). *Economia e sociedade*. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.